

Potencial de consumo subiu 14,98%

Rio — O potencial de consumo aumentou 14,98% entre 2003 e 2008 de acordo com pesquisa do Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O crescimento foi calculado com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE sobre acesso a bens de consumo, a serviços públicos, condições de moradia e tipo de família (Ex: casal com filhos). No mesmo período, 31,9 milhões de pessoas entraram nas classes AB e C, segundo o CPS.

Já o potencial de geração de renda familiar, o “do produtor”, aumentou ainda mais. “O potencial do produtor subiu aproximadamente 28%”, informou o economista-chefe do CPS da FGV, Marcelo Néri.

Ele contou que se surpreendeu pelo consumo ter crescido menos que o potencial do produtor. A posse ou uso de celulares e computadores pelas famílias, que se expandiram grandemente no período, foram consideradas no estudo dentro do potencial do produtor, como investimento, e não no de consumo.

Também são considerados no cálculo da potencial do produtor a inserção no mercado de trabalho, o nível de educação dos membros da famílias, a família dos filhos em escolas públicas e privada, o investimento em previdência (pública e privada).

Para Neri, “sementes plantadas na década de 90, como a estabilização, as reformas e o aumento do acesso à educação”

podem ter influído para o aumento do potencial de geração de renda pelas famílias nesta década.

Renda — De acordo com o estudo, a renda do trabalho explica 66,86% da queda da desigualdade entre 2008 e 2001. O Bolsa Família responde por 17%, a renda de previdência 15,72% e transferências privadas por 0,50%.

No período, os 10% mais pobres da população brasileira tiveram aumento de renda de 72,45%, enquanto para os 10% mais ricos, esse crescimento de renda foi de 11,37%. O restante da população, também dividido em grupos de 10%, também mostrou maior alta da renda quanto mais pobres eram.

Néri considera a renda do trabalho superior a de transferências governamentais “até para a satisfação pessoal” de quem recebe. Dentro dos programas sociais, porém, defendeu o Bolsa-Família como o melhor para reduzir a desigualdade porque atinge os mais pobres. Ele classificou o mercado interno e o Bolsa-Família como dupla de ataque contra a crise: “O Pelé é o mercado interno e o Tostão é o Bolsa-Família”.

Segundo pesquisa do CPS, o programa de transferência de renda beneficia principalmente a classe E, enquanto o reajuste do salário mínimo é melhor para a classe D e a previdência, para a classe AB. Ele declarou-se contra o aumento permanente do salário mínimo como o governo pretende fazer com a consolidação das leis sociais. (AE)